

Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural *desigual e combinado* como corolário da expansão capitalista no campo¹

Maria Messias Ferreira Lima

Universidade Regional do Cariri (URCA) – Crato, Ceará, Brasil.

e-mail: limammferreira@gmail.com

Resumo

A pesquisa teve como objetivo analisar criticamente o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) nas áreas de assentamentos rurais no semiárido cearense, identificando os elementos de exclusão, subordinação ou emancipação da agricultura familiar camponesa às relações capitalistas de produção. Os dados da pesquisa são de origem primária, coletados a partir de uma amostra. Depois da coleta, os dados foram trabalhados para a mensuração do Índice de Desenvolvimento Rural Sustentável (IDRS). O método de análise utilizado foi o materialismo histórico dialético, que através da pesquisa empírica possibilitou fazer inferências sobre a realidade do espaço agrário cearense, especificamente as áreas de assentamentos federais já consolidados. O território analisado foi o território Cariri, tendo como objeto específico de investigação o assentamento Acoci, localizado no município de Campos Sales (CE). Este apresentou um IDRS de 0,516, encontrando-se, portanto, em uma situação intermediária, isto é, conseguiu parcialmente os elementos estruturais para a subordinação à dinâmica de acumulação capitalista, porém os elementos de emancipação que promoveriam o desenvolvimento rural sustentável ainda não se encontram presentes, revelando apenas o seu caráter desigual e combinado.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; expansão capitalista; agricultura familiar camponesa.

Family field farming in the semiarid of Ceará: the unequal and combined rural development as a result of capitalist expansion in the countryside

Abstract

The aim of the research was to critically analyze Sustainable Rural Development (SRD) in rural settlements in the semi-arid region of Ceará, identifying the elements of exclusion, subordination or emancipation of family field farming to capitalist production relations. The survey data is of primary origin, collected from a sample. After the data collection, the data were prepared for the measurement of the Sustainable Rural Development Index (SRDI). The method of analysis used was dialectical historical materialism, which through empirical research made it possible to make inferences about the reality of the agrarian space of Ceará, specifically the areas of established federal settlements. The analyzed territory was the Cariri territory, with the specific object of investigation being the Acoci settlement, located in the municipality of Campos Sales (CE). It presented an SRDI of 0.516 and was therefore in an intermediate situation, that is, it partially achieved the structural elements for

¹ Esse manuscrito foi extraído da pesquisa de doutoramento, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

subordination to the dynamics of capitalist accumulation, but the elements of emancipation that would promote sustainable rural development are not yet found present, revealing only their unequal and combined character.

Key words: Family field farming; rural development; capitalist expansion.

Agricultura familiar campesina en el semiárido cearense: el desarrollo rural *desigual y combinado* como corolario de la expansión capitalista en el campo

Resumen

La investigación tuvo como objetivo analizar críticamente el Desarrollo Rural Sostenible (DRS) en las áreas de asentamientos rurales en el semiárido cearense, identificando los elementos de exclusión, subordinación o emancipación de la agricultura familiar campesina a las relaciones capitalistas de producción. Los datos de la investigación son de origen primario, recogidos a partir de una muestra. Después de la recolección, los datos fueron trabajados para la medición del Índice de Desarrollo Rural Sostenible (IDRS). El método de análisis utilizado fue el materialismo histórico dialéctico, que a través de la investigación empírica posibilitó hacer inferencias sobre la realidad del espacio agrario cearense, específicamente a las áreas de asentamientos federales ya consolidados. El territorio analizado fue el territorio Cariri, teniendo como objeto específico de investigación el asentamiento Acoci, ubicado en el municipio de Campos Sales (CE). Este presentó un IDRS de 0,516, encontrándose, por lo tanto, en una situación intermedia, esto es, logró parcialmente los elementos estructurales para la subordinación a la dinámica de acumulación capitalista, pero los elementos de emancipación que promoverían el desarrollo rural sostenible aún no se encuentran presentes, revelando solamente su carácter desigual y combinado.

Palabras clave: Agricultura familiar campesina; desarrollo rural; expansión capitalista.

Introdução

Nas últimas décadas do século XX a lei geral da acumulação capitalista, desenvolvida por Marx, tornou-se paradoxal diante do enfrentamento entre capital e trabalho, afetando o próprio metabolismo social do sistema, destravando o gatilho para uma ofensiva mais violenta para recuperar perdas e manter o processo crescente de acumulação no início do século XXI. Para a compreensão desse processo, considerou-se a lei do desenvolvimento *desigual e combinado*, evidenciando que a busca incessante pelo desenvolvimento das regiões periféricas e o avanço do capital no espaço agrário, cria apenas elementos que subordinam essas regiões à dinâmica capitalista globalizada, controlando as instituições políticas, econômicas e financeiras para garantir a reprodução ampliada em escala mundial.

A financeirização da economia consolida-se nesse início de século em um nível de privatização, concentração e centralização da riqueza social cada vez maior, tanto na escala nacional como mundial. Marx revelou com sua análise sobre o movimento do capital na sociedade de sua época, os fundamentos atemporais para a compreensão da formação da sociedade contemporânea, uma vez que o seu objeto de análise – o capital – comanda dialeticamente a criação e destruição das estruturas que garantem a sua reprodução ampliada.

Ancorar-se nas categorias que analisam o movimento do capital, ao longo do seu processo histórico, oferece um caminho para a compreensão do modo de produção capitalista (MPC) no sec. XXI, pois as leis gerais da acumulação de capital mantêm o seu caráter ontológico, principalmente quando se refere ao conflito permanente entre capital e trabalho, e a apropriação privada do trabalho social. Contudo, embora permaneçam válidas as formas como se apresentam e o processo de formação histórica estão constantemente em movimento, desconstruindo e construindo formas de espoliação dos espaços que se adequem às reais necessidades do sistema, em suas diversas escalas e fases.

Dessa forma, analisar o modelo de desenvolvimento rural sustentável, institucionalizado na década de 2000 como modelo padrão de desenvolvimento, deve ser feito de uma forma crítica passando automaticamente por uma reflexão acerca do circuito atual de acumulação, baseado no capital improdutivo² ou na produção destrutiva que intensifica a velocidade do ciclo produtivo para a formação dos valores de troca. Considerando a preocupação com o desenvolvimento sustentável, esta emerge com a constatação de que o modelo de crescimento econômico adotado, principalmente pelos países de capitalismo avançado, está se exaurindo com a exploração agressiva e indiscriminada dos recursos naturais, e o descarte cada vez maior de trabalhadores urbanos e rurais. Portanto, o próprio sistema busca meios para destruir as estruturas vigentes e recriá-las com elementos modernos que permitam o reinício de um novo ciclo de acumulação, gerando uma incompatibilidade entre a expansão capitalista e o desenvolvimento sustentável.

De acordo com a delimitação e problemática que motivou a pesquisa, foi considerado como desenvolvimento rural sustentável aquele capaz de ocorrer em quatro dimensões – econômica, social, política/organizacional e ambiental - e possibilitar o acesso à terra para quem dela necessita para trabalhar, produzir e viver. Portanto, o objetivo principal da pesquisa foi analisar de forma crítica o nível de

² Ver DOWBOR, 2017.

desenvolvimento rural sustentável (DRS) nas áreas de assentamentos³ rurais no semiárido cearense.

Os dados da pesquisa são de origem primária, obtidos por meio de pesquisa de campo, tendo como técnica de seleção a amostragem. Depois da coleta, os dados foram tabulados para a obtenção do Índice de Desenvolvimento Rural Sustentável (IDRS). O método de análise utilizado foi o materialismo histórico dialético que através da pesquisa empírica possibilitou fazer inferências sobre os limites e possibilidades do desenvolvimento sustentável nas áreas de assentamentos rurais. O texto divide-se em três partes, além da introdução e considerações finais. A primeira versa sobre a expansão capitalista e o desenvolvimento desigual e combinado no campo brasileiro. A segunda aborda a territorialização da agricultura familiar camponesa no território Cariri, tendo como espaço amostral o assentamento Acoci e, na terceira parte, foi analisado o nível de desenvolvimento rural adquirido no assentamento e os elementos que contribuem para a sua emancipação ou subordinação diante da expansão capitalista no campo.

A Expansão capitalista e o desenvolvimento *desigual e combinado* no campo brasileiro

A forma como o capital se movimenta em busca de maiores rendimentos promove uma alteração socioespacial na relação homem-natureza que se manifesta de forma desigual, porém combinada com formas arcaicas e modernas, obtendo ganhos extras em economias periféricas através de novos padrões de acumulação. A base desse raciocínio tem sua origem na teoria da revolução permanente de Trotsky, avançando significativamente a partir da análise desenvolvida por Marx sobre o desenvolvimento dos modos de produção, que de acordo com o marxismo ortodoxo ocorreria por etapas, dentro de um processo histórico linear. Contudo, Trotsky (1985) depois da revolução russa de 1917 rompe com a teoria *etapista*, estabelecendo os pressupostos para a lei do *desenvolvimento desigual e combinado* apontando uma nova perspectiva para a compreensão do modo de produção capitalista e a necessidade permanente de luta entre capital e trabalho nos diversos estágios de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

³ O recorte geográfico da pesquisa de doutoramento contemplou os assentamentos federais já consolidados, localizados no semiárido cearense, com maior número de famílias assentadas e de menor idade.

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países avançados. Mas isso não significa que ele siga servilmente esses países reproduzindo todas as etapas de seu passado. [...] O capitalismo, porém, marca um progresso sobre tais condições. Ele preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Por aí está excluída a possibilidade da repetição das formas de desenvolvimento das nações. Forçado a meter-se a reboque dos países avançados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – esse privilégio existe – autoriza um povo, ou mais exatamente, força-o a assimilar tudo antes dos prazos fixados, saltando uma série de etapas intermediárias. [...] A lei racional da história não tem nada de comum com os esquemas pedantes. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob a força das necessidades exteriores, a vida retardatária é obrigada a avançar por saltos. Desta lei universal de desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, falta de denominação mais apropriada, pode-se chamar *lei do desenvolvimento combinado*, no sentido da reaproximação das diversas etapas, da combinação de fases distintas, da amalgama de formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKY, 1985, p. 25).

Dessa forma, a lei do *desenvolvimento desigual e combinado* atua como uma desmistificação da teoria etapista presente no marxismo ortodoxo, e reitera a premissa de que o capitalismo, por sua própria natureza, é condutor de desigualdades. Na prática, o desenvolvimento das forças produtivas ocorre simultaneamente com a luta de classes, sendo que o processo histórico será determinado pela realidade econômica, social, cultural e política de cada nação. Porém, as regiões periféricas terão que suprimir várias etapas para que o processo de desenvolvimento ocorra combinado com o estágio de desenvolvimento dos países centrais. Contudo, embora ocorra a combinação de determinadas etapas no processo de acumulação de capital, esse processo será sempre desigual.

A lei do *desenvolvimento desigual e combinado* rompe apenas com a condição *sine qua non* da necessidade da revolução burguesa antes da proletária, reafirmando a necessidade *permanente* da luta dos trabalhadores contra o capital. Ainda sobre a teoria etapista, Lowy (2015, p. 21) afirma que

[...] sua importância é, acima de tudo, metodológica: elas mostram que Marx e Engels admitiam a *possibilidade objetiva* de uma ruptura na sucessão de tarefas históricas; que estas tarefas têm uma articulação complexa, dialética; e que o materialismo histórico - ao menos como praticado nos escritos de seus fundadores – não pode ser reduzido a um evolucionismo metafísico e economicista.

Nesse contexto, o desenvolvimento desigual e combinado ocorre pela própria expansão capitalista, gerando um processo de formação social historicamente

dialético, em que o contraditório, manifestado nas relações conflituosas entre trabalhadores e capitalistas alteram o desenvolvimento das forças produtivas em determinado espaço, sendo este processo individualizado geograficamente, pois a conjugação de vários fatores – econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais – vão definir o rito necessário para a materialização das formações socioespaciais.

A concepção de Trotsky sobre o caráter permanente do processo revolucionário decorre logicamente, portanto, da extrapolação da dinâmica da luta de classe em uma 'ditadura democrática revolucionária'. Mais ainda, está enraizada em uma profunda compreensão sobre como, na conjuntura da transição revolucionária, a esfera política torna-se dominante: o poder político do proletariado vira imediatamente um poder social e econômico, uma ameaça direta à dominação burguesa nas fábricas. Sob tais condições, *lockouts* e formas várias de sabotagem econômica (corte de investimentos, fuga de capitais, açambarcamento etc.) são as reações lógicas e quase inevitáveis de uma burguesia confrontada pela interrupção de garantias institucionais (do Estado) da propriedade privada e pelo alto perigo do poder da classe operária (LOWY, 2015, p. 75-76).

A análise dos processos de formação socioespacial do Brasil perpassa a caracterização das formas de relevo, paisagem e clima, que determinaram a seletividade para a ocupação do espaço, isto é, não é a forma concreta do espaço geográfico que interessa em si, mas os processos de formação social que são estruturados a partir do modo de organização da produção e divisão social do trabalho na produção do espaço social. Para Andrade (2005), as características gerais que levaram a seletividade espacial de ocupação do território brasileiro, definiram as formas de exploração e, conseqüentemente, no modelamento da paisagem econômica e social.

A função de expandir a exploração dos fatores de produção resultou em estruturas e formas diferenciadas para a formação socioespacial do País e suas regiões. Socialmente o espaço brasileiro é derivado de processos que visavam o comércio internacional, inicialmente conduzido pela política colonial e, depois da independência, ocorre uma alteração na representação da classe que conduziu a divisão social do trabalho, determinando as relações de dominação no País. Isso significa que as relações internas permaneceram basicamente inalteradas, pois o que houve foi uma disputa pelos direitos de exploração e dominação do território brasileiro. As principais fraturas desse processo de acumulação ocorreram em meados do século XIX com o esgotamento do ciclo do açúcar no Nordeste Brasileiro, e a pressão vinda da Inglaterra para a criação de um mercado consumidor cria elementos para uma

classe agrária que dominaria economicamente e politicamente as primeiras formas capitalistas de produção.

A burguesia agrária, fortalecida a partir do esgotamento do modelo *plantations* açucareiro, característico do Nordeste brasileiro, e o fortalecimento da economia cafeeira no sudeste do país, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, surgem os elementos necessários para a formação de uma nova classe dominante e, conseqüentemente, um novo centro de dominação, ainda baseado na mão-de-obra escrava, no latifúndio e na monocultura que tinha como função o abastecimento do mercado externo. A partir de meados dos anos de 1880 ocorre uma utilização progressiva do imigrante, fato que enfraqueceu o mercado de escravos e fortaleceu a manutenção da estrutura agrária vigente.

A decadência secular das *plantations* nordestinas, por outro lado, não só liberou mão-de-obra para as *plantations* cafeeiras, mas tornou mais conveniente para os senhores de terra nordestinos recorrer a *formas de imobilização da força de trabalho em que ela mesma produzisse para o seu autoconsumo*, sobretudo em períodos desfavoráveis (VELHO, 2009, p. 112).

A formação de um mercado de trabalhadores livres teve sua gênese em formações sociais diferenciadas e seguiram vias distintas, originando um espaço social diverso e contraditório: o imigrante europeu e o emigrante nordestino. De acordo com Furtado (2005, p. 140),

O imigrante europeu, exigente e ajudado por seu governo, chegava à plantação de café com todos os gastos pagos, residência garantida, gastos de manutenção assegurados até a colheita. [...] A situação do nordestino na Amazônia era bem diversa: começava sempre a trabalhar endividado, pois via de regra obrigavam-no a reembolsar os gastos com a totalidade ou parte da viagem, com os instrumentos de trabalho e outras despesas de instalação. Para alimentar-se dependia do suprimento que, em regime de estrito monopólio, realizava o mesmo empresário com o qual estava endividado e que lhe comprava o produto. As grandes distâncias e a precariedade de sua situação financeira reduziram-no a um regime de servidão.

Nesse sentido, a organização social do espaço manteve desde a colonização a propriedade 'privada' como o centro do poder, e a centralização da terra nas mãos da oligarquia agrária impediu o desenvolvimento de um campesinato livre, autônomo, porém gerou um campesinato *marginal*, que se desenvolveu subordinado à margem das grandes plantações.

Observada a abolição de uma perspectiva ampla, comprova-se que a mesma constitui uma medida de caráter mais político que econômico. A escravidão tinha mais importância como base de um sistema

regional de poder que como forma de organização da produção (FURTADO, 2005, 147).

Entender o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro não é tarefa fácil, pois existem muitas correntes de pensamento sobre a sua gênese, ao contrário do que ocorreu em outros países, em que vivenciaram outros modos de produção. Para Oliveira (2013) não é possível encontrar o mesmo processo histórico evidenciado por Marx quando trata da *acumulação primitiva*, considerando que no Brasil não houve a expropriação da terra dos camponeses, mas o que ocorreu foi a *expropriação do excedente*. Isto é, a acumulação primitiva não foi apenas um estágio no processo de desenvolvimento do capitalismo, mas ele continua ocorrendo todas as vezes que o capital se apropria de determinado espaço e expropria a terra, a renda e o trabalho da classe trabalhadora.

No Brasil esse processo apresentou características diferentes, dependendo da região e da função econômica e política que ela desempenharia na promoção e manutenção da classe dominante vigente. Para Fernandes (1976) as categorias analíticas da produção capitalista não se realizaram no âmbito do processo de colonização brasileira, sendo, portanto, impossível considerar os 'senhores de engenhos' capitalistas, pois não participavam diretamente do circuito mercantil realizado pela metrópole, ou seja, a capitalização se dava no mercado europeu, onde as relações capitalistas de produção já tinham se estabelecido. Ademais, os meios de produção não se configuravam em bens de capital, mas em patrimônio. Ou seja,

[...] o capitalismo comercial provocou o aparecimento e exigia o incremento da produção colonial. Contudo, não inseriu o produtor colonial no processo pelo qual a circulação dos produtos coloniais, como mercadorias engendrava uma forma específica de capitalização. No fim o que ficava nas mãos do produtor colonial não era um excedente gerado por esta forma de capitalização; mas constituía, literalmente, uma espécie de remuneração à parcela da apropriação colonial que não era absorvida pela Coroa e pelas companhias ou agências comerciais (FERNANDES, 1976, p. 24 e 25).

Sobre a formação da burguesia brasileira, esta não tinha ligação com o 'burgo' predominante da Idade Média, mas esta classe surge em meio a uma estrutura econômica e social voltada para os interesses da metrópole dificultando o desenvolvimento do comércio interno tanto de produtos importados quanto de produtos artesanais.

Poder-se-ia dizer no máximo, que se trata de entidades que aqui apareceram tardiamente, segundo um curso marcadamente distinto

do que foi seguido na evolução da Europa, mas dentro de tendências que prefiguram funções e destinos sociais análogos tanto para o tipo de personalidade quanto para o tipo de formação social. Na verdade, assim como não tivemos um 'feudalismo' também não tivemos o 'burgo' característico do mundo medieval (FERNANDES, 1976, p.17).

De fato, a estrutura política, econômica e social no Brasil caracterizada pela monocultura e a mão-de-obra escrava sufocava o desenvolvimento da burguesia enquanto classe social dominante. Segundo Fernandes (1976, p. 18), "tratava-se, antes, de uma congêrie social, que de uma classe propriamente dita". Portanto, a ascensão da burguesia no Brasil só foi possível a partir da Proclamação da República e abolição do trabalho escravo, de forma que as pressões para a abolição da escravatura reforçam a necessidade de mudanças na estrutura econômica do País, onde se inseria um novo regime de produção. A emergência desse novo regime culmina com o que Florestan Fernandes (1976) chamou de revolução burguesa, ou seja, de acordo com

[...] à emergência, à propagação e à intensificação de movimentos inconformistas, em que o antiescravismo disfarçava e exprimia o afã de expandir a ordem social competitiva. [...] Também foi aí que a desaprovação à violência se converteu primeiro em defesa da condição humana do escravo ou do liberto e, mais tarde, em repúdio aberto à escravidão e às suas conseqüências, o que conduziu ao ataque simultâneo dos fundamentos jurídicos e das bases morais da ordem escravista. Por fim, **desse núcleo é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos 'brancos' e para os 'brancos'**: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguiu o estatuto colonial, pretendia organizar-se como Nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado (FERNANDES, 1976, p. 19. Grifo nosso).

Considerando que a 'revolução burguesa' criou as condições para a formação das classes sociais e esta foi gestada de cima para baixo, levou à formação de uma grande massa de despossuídos que uma vez livres poderiam vender a sua força de trabalho, como mercadoria, dando vida às engrenagens da produção capitalista e o processo de urbanização. Contudo, as mesmas forças que comandaram a autonomia da colônia, mantiveram a estrutura política e social do modelo colonial na formação socioespacial brasileira.

Outro aspecto importante sobre a formação social do Brasil presente na Obra de Fernandes (1976) é que os novos sujeitos que mudaram a ordem econômica e jurídica no estado Nação eram derivados de várias categorias, tanto de negociantes, banqueiros, empresários que almejavam o desenvolvimento da indústria, como de

artesãos, dentre outros. Mas estavam unidos por uma causa que nascia com o 'espírito burguês' e estavam ávidos para iniciar a reprodução ampliada de capital.

Para Gorender (2004, p. 18), "foi no bojo do modo de produção escravista colonial que se deu a acumulação originária de capital para o início do capitalismo no Brasil, em grande parte". Por outro lado, não se pode admitir que com o advento da abolição instituiu-se imediatamente as relações de produção capitalista na agricultura, isto é, o trabalho assalariado. Embora a existência de trabalhadores livres seja uma condição necessária, não foi suficiente para o desenvolvimento do capitalismo no campo.

É importante esclarecer que existe uma diferença entre trabalhadores livres e assalariados capitalistas, ou seja, o trabalhador livre, não necessariamente tornou-se de imediato um trabalhador assalariado, principalmente no nordeste brasileiro. Outra questão a ser considerada nesse processo é o tipo de escravismo que existiu no Brasil, este não correspondia ao modo de produção escravocrata, paternalista, que antecedeu o feudalismo. O escravo predominante no Brasil era comercializado, importado, negociado no mercado como uma mercadoria. Esse processo da abolição não se configura na superação de um modo de produção por outro, uma vez que a acumulação originária de capital coloca em movimento as forças capitalistas de produção no setor industrial com a burguesia nascente, entretanto, a estrutura de posse e uso da terra permaneceu aos modos coloniais, predominando a monocultura nos latifúndios.

Gorender (2004) aponta uma dualidade explícita na formação social brasileira: o latifúndio, com todas suas contradições internas, mantinha o trabalhador livre, porém sob o seu domínio, e permitia o desenvolvimento da pequena produção às margens da grande. A evolução desse padrão híbrido, entre feudalismo e capitalismo, entre pequena e grande produção, determina as bases para o desenvolvimento das relações capitalistas no campo brasileiro.

De acordo com Furtado (2005), após a abolição, a (re)organização produtiva poderia seguir duas vias: a primeira transformaria o ex-escravo em trabalhador assalariado, embora o salário constituísse apenas uma formalidade, pois as condições internas dos trabalhadores não ultrapassavam o nível de subsistência vivenciado pelo escravo. A outra via seria a formação de um campesinato livre, considerando a disponibilidade de terras. No entanto, o impacto inicial da formação do campesinato livre seria a formação de um assalariamento com remunerações elevadas, devido à ausência de um *exército rural de reserva*.

Contudo, a burguesia agrária encontrou uma terceira via, caracterizada principalmente pela concentração de terras e, conseqüentemente, a formação de um campesinato dependente e submisso aos interesses da classe dominante. Dessa forma, manter o latifúndio representa muito mais do que a posse de um patrimônio, significa, na prática, obter a hegemonia das decisões sobre as relações entre capital e trabalho. Em meio a essa estrutura híbrida, o trabalhador assume a condição de parceiro, renteiro, meeiro, agregado, dentre outros, uma vez que a monetarização da mão-de-obra não ocorreu de imediato, ou seja, o desenvolvimento urbano industrial comandado pela burguesia local estabeleceu o trabalho livre, não necessariamente assalariado.

Dessa forma, o trabalhador livre torna-se cativo da oligarquia agrária brasileira, e este, por uma questão de sobrevivência, encontra na produção camponesa uma forma de se estabelecer como uma categoria presente na estranha formação socioespacial do Brasil. Portanto, o campesinato marginal foi originado pelas contradições internas do desenvolvimento das relações capitalistas no campo. Esse processo ocorreu tanto com o morador quanto com o colono. Embora existam diferenças entre os dois, existem também semelhanças, ou seja, de acordo com Gorender (2004, p 26),

Ambos, o morador nordestino e o colono paulista de café, eram remunerados com uma economia autônoma, ambos recebiam terra para cultivar gêneros de subsistência, que consumiam e cujo excedente podiam vender, ambos recebiam terreno de pastagem para animais, pequenos e grandes, [...] Ambos recebiam moradia gratuita, [...], então são dois tipos que, com suas variedades, podem ser unidos, se equivalem, pertencem àquilo que eu chamo de *formas camponesas dependentes*.

Contudo, o processo organizacional da produção conduziu essas formas de campesinato a um grave problema agrário, originado desse modelo híbrido de produção. Nesse sentido, o importante é compreender que a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre não resultou de imediato em relações assalariadas do tipo capitalistas, pois o proprietário tinha como foco a obtenção da renda da terra, e não propriamente o lucro. De acordo com Ianni (2005), o trabalhador rural no Brasil teve seu processo histórico desenvolvido em três fases: o escravo, o lavrador e o proletariado, este último resultante da mudança estrutural do capital agrário para o capital industrial, fase em que a agricultura passou a se subordinar à expansão urbano-industrial.

Para Gorender (2004), a transformação da renda da terra em capital agrário e o uso da mão-de-obra assalariada foram determinantes para o desenvolvimento do capitalismo no campo. Segundo Oliveira (2007), esse processo pode ser analisado a partir de três teses: a primeira explica que as relações capitalistas de produção se expandem para a agricultura mediante a destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios. A segunda defende a existência de um modelo *dual* baseado na dicotomia moderno-atrasado. Ou seja, existem dois setores, o moderno, urbano-industrial⁴ e o atrasado, o campo que forneceria os trabalhadores assalariados para a indústria e manteria o exército industrial de reserva crescente. A terceira tese considera um processo dialético criado pelo próprio movimento do capital que destrói e recria tanto o campesinato quanto o latifúndio, constantemente, isto é, formas não-capitalistas de produção são originadas no âmbito das contradições do próprio modo de produção, destruídas e recriadas de acordo com as necessidades de expansão e valorização do capital.

Para Oliveira (2007, p. 21), “a agricultura desenvolve-se em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não-capitalistas”. Nesse contexto, a expansão das relações de produção para a agricultura segue dois caminhos: a formação de uma classe de trabalhadores livres e assalariados, e outra via, em que se mantêm as relações não-capitalistas no campo e cria um exército *rural* de reserva, subjugando-o às necessidades do capital acumulado.

De acordo com Gorender (2004, p. 35-36),

A gênese do capitalismo no campo reside fundamentalmente na transformação da renda da terra (pré-capitalista ou já capitalizada) em capital agrário, na colocação da renda da terra a serviço da acumulação do capital agrário (ao invés de desvia-la para aplicações comerciais e/ou industriais). O outro lado deste processo é o de adensamento do mercado de mão de obra livre, inteiramente despossuída, completamente desenraizada de qualquer economia autônoma, a mão-de-obra que pode ser assalariada temporariamente (os chamados *volantes*).

Entretanto, o domínio do capital sobre o campo ocorre quando a *subsunção formal* é substituída pela *subsunção real* ao capital, ou seja, quando a pecuária passa por controles relacionados ao pasto, seleção de animais para corte, leite e matrizes, abandonando o caráter natural da criação. Nesse caso, o capital comanda a produção através do intenso uso da tecnologia. Em relação à agricultura, esta passa a ter adiantamentos financeiros e investimentos em melhoramento das plantas, bem como

o crescente uso de máquinas e implementos agrícolas com reduzido uso de mão-de-obra assalariada. Quando existe uma total subordinação da produção agrícola ao capital, esta tende a elevar a composição orgânica do capital no campo em que o capital variável vai diminuindo à medida que o capital constante aumenta, permitindo a extração da mais-valia relativa. Esse processo concretiza-se com a expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais dos latifúndios, originando outras categorias, tais como o boia-fria, e os sem-terra. Portanto, na mesma dimensão que o capital avança no campo, intensifica-se o êxodo rural, a concentração fundiária e a pobreza.

A *modernização agrícola* estimulou um novo padrão produtivo, mas principalmente gerou um grande *exército rural (industrial) de reserva*. Esse padrão estimulou o uso de máquinas e equipamentos no campo, absorvendo apenas a mão de obra especializada. Com a revolução 'verde' os ganhos de produtividade estimularam a expansão capitalista no campo, alterando de forma irreversível a divisão social do trabalho, aumentando a subsunção real da agricultura ao capital urbano-industrial. Esse processo, que culminou na modernização e industrialização da agricultura brasileira, desconsiderou que um país predominantemente agrário e com elevada concentração fundiária não poderia dar um *salto* tão alto rumo ao desenvolvimento sem antes enfrentar os seus problemas estruturais, relacionados à questão agrária. A industrialização da agricultura alterou o padrão produtivo e as relações de trabalho, bem como o mercado consumidor. Após o movimento feito pelo capital, originando o modelo agroindustrial, o reordenamento socioespacial de poder e riqueza passa por um processo escalar de desigualdades entre regiões, produtos e produtores.

A pobreza do meio rural é tanto maior quanto mais concentrada for a estrutura de posse de terra e piores as dotações de recursos naturais. No início do processo de desenvolvimento, em geral, a base exportadora agrícola é instável e concentrada em um ou dois produtos. Embora a indústria seja incipiente e atrasada, ela ainda se distancia substancialmente da agricultura em termos tecnológicos. Forma-se, desse modo, um sistema econômico dual, caracterizado pela indústria relativamente moderna e pela agricultura atrasada, pré-capitalista. Nessa fase, a função principal da agricultura é transferir mão de obra barata para a indústria em crescimento. A população das áreas rurais excede as possibilidades de emprego da força de trabalho, dadas as estruturas de oferta e demanda de alimentos e matérias-primas agrícolas, **embora existam terras ociosas** (SOUZA, 2012, p. 205-206. Grifo nosso).

A organização social do espaço foi gestada a partir das novas funções que a agricultura assumiu nesse processo de expansão capitalista, dentre elas, o fornecimento de mão de obra a baixo custo para a indústria, mercado interno para os

produtos industrializados e a geração de divisas com as exportações agrícolas a partir da especialização de produtos para exportação. “Quer dizer, não eram mais fazendas no sentido genérico, que produziam tudo, desde o arroz, o leite, até a cana e o café. Agora eram fazendas de cana, fazendas de café, fazendas de leite, fazendas de arroz, etc” (GRAZIANO, 2001, p. 42-43).

Do ponto de vista econômico, houve um ganho expressivo na produtividade agrícola. A oferta de alimentos para os centros urbanos estava garantida, e o aumento das divisas com as exportações garantiram o desenvolvimento industrial brasileiro. Contudo, o desenvolvimento desigual marca o processo de expansão capitalista no campo, alterando as relações de trabalho e mantendo a estrutura fundiária vigente, uma vez que desalojou milhares de trabalhadores do espaço agrário, acelerando o êxodo rural e o crescimento urbano desordenado. À medida que o capital industrial se integra com o capital agrário formam-se os complexos agroindustriais, aprofunda ainda mais as desigualdades regionais, a concentração de terras e de riquezas. De acordo com Graziano (2013, p. 165), “esse processo foi profundamente excludente, de modo que também a modernização foi um processo brutal de concentração da produção, de concentração da renda e de geração, de outro lado, da sua face de miséria”.

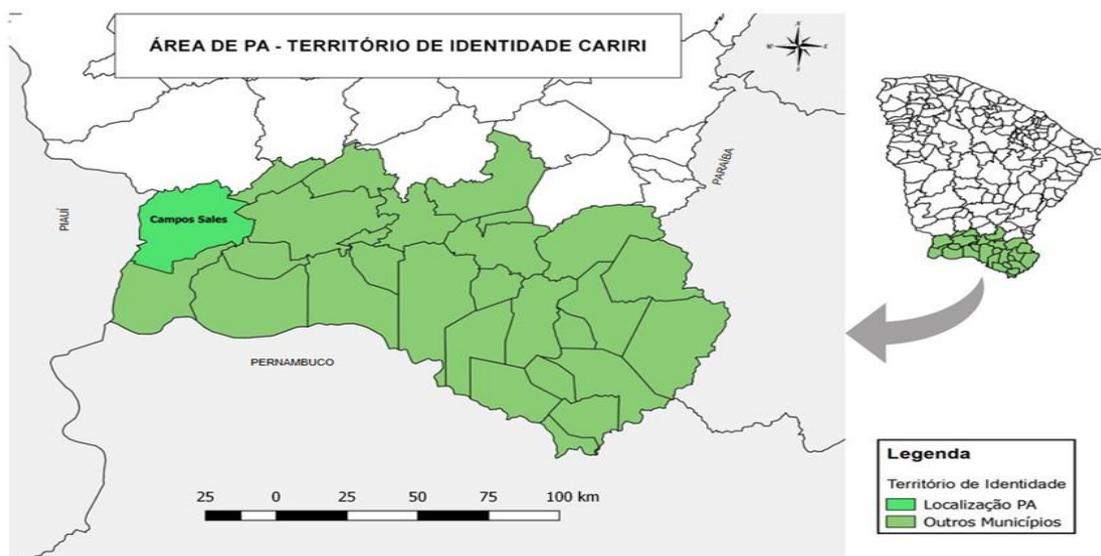
A análise economicista, restrita à produtividade agrícola, produziu muitos argumentos que desqualificavam a necessidade por uma reforma agrária, colocando-a como economicamente inviável, tornando-se assim predominante a defesa de um modelo agrícola conservador, conhecido como a modernização conservadora que serviu de base para o desenvolvimento dos complexos agroindustriais. Este, proporcionou intensos impactos na espacialização e especialização da produção e do trabalho. Contudo, a permanência marginal dos agricultores familiares no sistema segue a lógica perversa do capital que, por um lado, impede a territorialização da agricultura familiar camponesa e, por outro, a mantém submissa ao movimento da expansão capitalista no espaço agrário.

A Territorialização da agricultura familiar camponesa: território Cariri

No Território Cariri residem 10,66% da população do estado do Ceará e apresentava em 2010 um IDH de 0,66. É formado por um conjunto de 28 municípios e, destes, 89,28% têm população inferior a 50 mil/hab. Existe uma predominância de estabelecimentos familiares no Território, aproximadamente 89,5% dos estabelecimentos rurais. Em relação à reforma agrária, predomina os assentamentos

que estão sob a responsabilidade processual do programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), correspondendo a 86% dos assentamentos. Os assentamentos Federais, sob responsabilidade da Superintendência do INCRA/CE, correspondem a 11% e apenas 3% são assentamentos estaduais, sob responsabilidade do IDACE (BRASIL, 2010a).

FIGURA 01 – Territorialização da agricultura familiar camponesa no Território Cariri



Fonte: Elaboração própria com base nas malhas do IPEAGEO, 2017

O assentamento Acoci é o único consolidado no Território Cariri, localizado no município de Campos Sales, como mostra a Figura 01. O município está a uma distância de 493,8km de Fortaleza. O acesso por via terrestre ocorre pelas rodovias: CE 060/284/373 e CE 375. A Figura 02 mostra a residência oficial da Fazenda Acoci, desapropriada em 1997, com uma área de 10.977,81ha, com capacidade para 296 famílias. De acordo com a pesquisa, ao longo dos 20 anos cerca de 30% dos assentados desistiram da terra por razões diversas, entretanto, as casas foram redistribuídas, de forma democrática, para as famílias que tinham agregados e/ou filhos casados que permaneciam no assentamento. Nesse espaço, portanto, houve a territorialização do campesinato, e onde antes havia um latifúndio, estão assentadas 282 famílias (INCRA, 2015), distribuídas em 08 agrovilas: Acoci, Arizona, Caboclo, Lagoa do Miguel, Pau Verde, Santa Maria, São José e Recanto da União.

Figura 02 – Sede da Fazenda Acoci e trecho da estrada que dá acesso ao assentamento



Fonte: Trabalho de campo (AUTOR, 2017).

O Assentamento está localizado a 30km da sede do Município, e desses 30km apenas 17km é em via asfaltada, os outros 13km são percorridos em estrada vicinal. A área é bastante montanhosa, com várias passagens de riachos pela estrada, dificultando o acesso nos períodos chuvosos. Um trecho da via de acesso ao Assentamento pode ser visualizado na Figura 02.

Em relação à infraestrutura, todas as casas são de alvenaria, construídas de forma padronizadas, com banheiro, água encanada, fossa comum e energia elétrica. Em cada agrovila existe uma Capela e armazéns para armazenamento da produção. O acesso à comunicação no assentamento ocorre via telefone móvel, presente em todas as residências com o auxílio de antena para áreas rurais.

Outro canal de comunicação e informação é o acesso ao sinal de internet, que possibilitou a criação da “Casa Digital”, um projeto que se propõe à inclusão digital nas comunidades rurais. O abastecimento d’água é feito do principal açude localizado no assentamento – açude Acoci, entretanto, com as chuvas abaixo da média, nos últimos anos, mas precisamente entre 2012 e 2016, o volume de água não era mais suficiente nem mesmo para o abastecimento doméstico no assentamento e, como solução, o governo do Estado cavou vários poços artesianos para o abastecimento da comunidade, garantindo assim água potável para o consumo.

No último ano de seca, 2016, o abastecimento foi complementado com carros pipas através das ações da Defesa Civil. Em relação ao abastecimento de água, a comunidade contou com o apoio de outras políticas públicas através do projeto “Um Milhão de Cisternas”. As cisternas de placas tornaram-se um dos reservatórios mais presentes no assentamento, sendo uma em cada residência e uma em cada escola. O

Projeto foi desenvolvido em parceria com a Associação Cristã de Base (ACB). Ver Figura 03.

Figura 03 – Cisterna de placas construída nas escolas e casa de farinha



Fonte: Trabalho de campo (AUTOR, 2017)

Em relação às atividades produtivas desenvolvidas no Assentamento, predomina a agricultura de cerqueiro, tendo como principais produtos o milho e a fava. Conta também com uma pecuária de pequeno porte e outras atividades que foram totalmente alteradas com a escassez de chuvas, principalmente as relacionadas à piscicultura, provocando uma ruptura com uma substancial fonte de emprego e renda.

Os sucessivos anos de seca na região foram devastadores para os assentados, em que muitos tiveram que recorrer a um trabalho acessório para a manutenção de uma renda mínima para a sobrevivência, contudo, a capacidade produtiva do trabalho agrícola ficou bastante comprometida. Outra consequência é que também coloca em ociosidade parte da estrutura produtiva do assentamento. Um exemplo é a casa de farinha, toda equipada, porém não está em atividade, pois devido

aos sucessivos anos de estiagem a sua produção tornou-se inviável pela falta da principal matéria prima – a mandioca, como mostra a Figura 03.

Em relação à educação, o serviço é ofertado na própria comunidade. Existem duas escolas mantidas pela rede municipal de ensino localizadas no Assentamento. As escolas funcionam nos turnos manhã e tarde, oferecem desde o infantil ao Ensino Fundamental II. A escola segue os mesmos parâmetros da escola urbana tradicional, ou seja, obedecem aos mesmos parâmetros curriculares nacionais, que expandiu a educação no campo, mas ignora a necessidade de ofertar a educação do campo, necessária principalmente nas áreas de assentamentos rurais, tornando-se um desafio ainda a ser percorrido a partir da formação de professores.

Devido à política de expansão e universalização do ensino nos anos 2000, o corpo docente é em sua maioria assentados. Muitos conseguiram concluir o ensino superior em Campos Sales⁵ e agora são servidores do Município, atuando no mesmo espaço de moradia, contudo, sem a formação necessária voltada para a educação do campo. A Figura 04 mostra uma dessas duas escolas, frente e sala de aula.

Figura 04 – Escola no Assentamento Acoci: Frente e sala de aula



Fonte: Trabalho de campo (AUTOR, 2017).

Em relação aos serviços de saúde ofertados no Assentamento, existe um Posto de saúde, com a presença de um médico - Clínico geral - duas vezes por semana. A Figura 05 mostra o prédio do Posto de Saúde e a sala de espera em um dia de atendimento.

Figura 05 – Posto de Saúde Assentamento Acoci: Frente e sala de espera

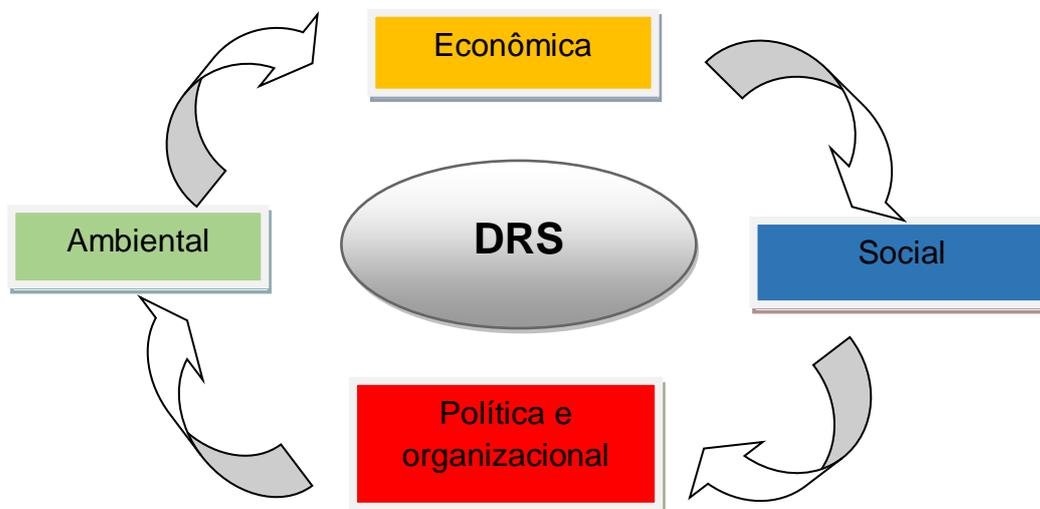
Fonte: Trabalho de campo (AUTOR, 2017)

O Posto de Saúde é aberto todos os dias ofertando serviços ambulatoriais, e conta também com duas funcionárias do próprio Assentamento. Não existem serviços de especialidades médicas, como pediatra, ginecologista, dentre outros. Não existe atendimento odontológico, o que dificulta o tratamento e prevenção da saúde bucal no assentamento. Quanto à presença de agente de saúde existem oito agentes, uma para cada agrovila, e o trabalho é desenvolvido por pessoas da própria comunidade. Em período de campanhas de vacinações o serviço é ofertado no próprio assentamento, o que proporciona uma maior cobertura para as comunidades rurais, rompendo, nesse quesito, com o isolamento e a ausência do poder público no espaço agrário.

As dimensões do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) e o nível de desenvolvimento adquirido no Assentamento Acoci

Em meio à crise estrutural do capital, a questão do desenvolvimento pautada no viés economicista é repensada, incorporando outras dimensões que perpassam a abordagem econômica e coloca em evidência os limites à acumulação de capital: a pobreza rural e a degradação ambiental, causada pelo modelo produtivista predominante. Contudo, produzir, crescer e acumular parece totalmente incompatível com um modelo que garanta justiça social e preservação ambiental, ou seja, sustentável. O desenvolvimento precisa ser sustentável, no aspecto econômico, social, político organizacional e ambiental, como mostra a Figura 06.

Figura 06 - Diagrama representativo das dimensões do DRS



Fonte: Elaboração própria a partir da revisão de literatura sobre a temática

É nesse contexto da *sustentabilidade* que o desenvolvimento rural vem sendo discutido entre diversas correntes de intelectuais e pesquisadores, que em muitos aspectos são antagônicos, principalmente quando assumem que a concepção do desenvolvimento rural se sobrepõe ao desenvolvimento agrário. Em relação às multidimensões do DRS utilizadas nessa pesquisa, considerou-se as contribuições de Jara (1998), Guzmán (2001), Sepúlveda (2005), Reis et. al. (2013), Waquil et. al. (2010), Kageyama (2008), Mariano e Ribeiro (2009), Rabelo e Lima (2009).

As variáveis indicadas para cada dimensão do desenvolvimento representam os elementos que, presentes, indicam possibilidades para o DRS, e a ausência delas indica os limites que precisam ser superados para que o DRS possa ocorrer, sendo que somente será sustentável se ocorrer de forma intercalar em todas as dimensões⁴ postas, no mínimo. Para efeito de análise, considerou-se o aspecto econômico como a capacidade de reprodução econômica do assentamento, considerando a capacidade de geração de emprego e renda no espaço agrário como fundamentais. A dimensão social considera o acesso à educação e a capacidade de inclusão da população rural nas políticas públicas que possibilitem uma mobilidade social intrageracional. Procurou-se a presença de elementos nas políticas públicas que assegurem o exercício à cidadania, a garantia de que seus direitos sejam respeitados e suas demandas satisfeitas no longo prazo.

⁴ Aqui não se tem a pretensão de limitar os indicadores do desenvolvimento e suas variáveis. As variáveis propostas para efeito de análise representam apenas os elementos necessários, mas não suficientes para qualquer possibilidade de ocorrer um DRS.

A dimensão política refere-se à participação política social e a capacidade organizativa da população no assentamento, elemento essencial para a autonomia e empoderamento na organização do espaço territorializado. E, por último, a dimensão ambiental refere-se aos aspectos relacionados ao solo, água e vegetação, ou seja, como o homem se relaciona com a natureza na reprodução da vida material e na formação do espaço territorial presente e futuro. Após o cálculo do IDRS, os índices foram representados e analisados por meio de valores de referências, no qual apresenta uma escala de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo da unidade, melhor o nível de desenvolvimento. As referências são as seguintes, ver Tabela 01.

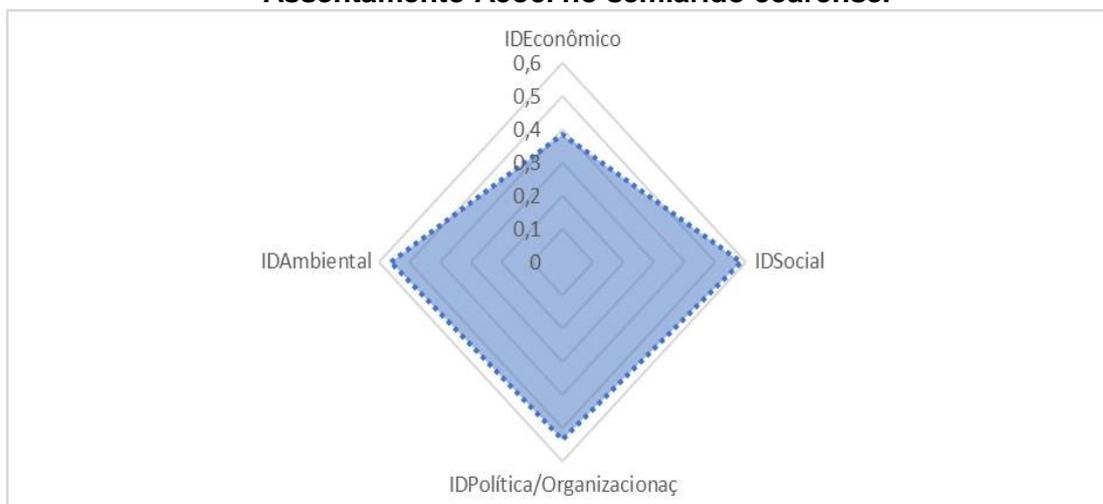
Tabela 01 – Referências para avaliação do nível de DR_{AS}

Nível de Desenvolvimento	IDR_{AS}
Sustentabilidade crítica	$0,0 > IDR_{AS} < 0,2$
Sustentabilidade ruim	$0,2 \geq IDR_{AS} < 0,4$
Sustentabilidade intermediária	$0,4 \geq IDR_{AS} < 0,6$
Sustentabilidade boa	$0,6 \geq IDR_{AS} < 0,8$
Sustentabilidade ótima	$0,8 \geq IDR_{AS} \leq 1,0$

Fonte: Organizado pelo AUTOR a partir das referências de Sepúlveda (2005); Mariano e Ribeiro (2009) e Rabelo e Lima (2009).

O IDRS no assentamento Acoci foi de 0,516 demonstrando, de acordo com as referências utilizadas, uma situação intermediária, ficando na mesma faixa do IDH para o Território Cariri. O Gráfico 01 mostra as dimensões com seus respectivos resultados, sendo as de maior destaque as dimensões social e política/organizacional, com índices de 0,583 e 0,563, respectivamente. O IDAmbiental foi de 0,516 também indicando uma situação intermediária, porém o resultado desse índice pode estar relacionado com a redução das atividades agrícolas e ao maior controle em relação ao desmatamento. Entretanto, o uso de tecnologias alternativas e práticas produtivas como a agroecologia ainda são inexistentes. Outro fator é o aumento das atividades não agrícolas no espaço territorializado pela agricultura familiar camponesa.

Gráfico 01 – Radar das dimensões do desenvolvimento rural sustentável no Assentamento Acoci no semiárido cearense.



Fonte: Elaborado pelo AUTOR (2018).

Entretanto, a dimensão econômica apresentou isoladamente uma situação crítica de 0,384, comprometendo qualquer possibilidade de um desenvolvimento sustentável que tenha como princípio a emancipação da agricultura familiar camponesa e a sustentabilidade ambiental, frente à expansão capitalista no espaço agrário. As variáveis consideradas para compor o IDEconômico foram: estratificação do rendimento familiar mensal (em salários mínimos), principal fonte de renda, mão-de-obra utilizada, presença de assessoria técnica, acesso ao crédito, destino da produção agrícola e local onde é comercializada a produção.

Esse resultado indica que as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável não foram totalmente desenvolvidas, lembrando que as variáveis propostas representam apenas os elementos necessários, mas não suficientes para o DRS, necessitando, portanto, de muitos outros elementos para garantir um processo efetivo de autonomia e bem-estar para a agricultura familiar camponesa nos territórios rurais. Dentre esses elementos, destacam-se: a educação do campo, presença de cooperativas, desenvolvimento de agroindústrias, formação de lideranças e o fortalecimento do engajamento político na manutenção da luta pela terra, água e serviços públicos. Outro elemento é a preservação da memória cultural enquanto categoria social presente no processo histórico de organização socioespacial, que precisa se reinventar sem se transformar em agricultor familiar de base capitalista ou em um trabalhador livre para ser espoliado pelo capital.

Portanto, o espaço territorializado representa um *locus* de (re)criação do agricultor familiar camponês que, dialeticamente, o capital destrói e recria, exclui e

inclui, para posteriormente excluir. O fator que mais dificulta a emancipação é a falta do empoderamento político dos agricultores, que depende da capacidade organizacional e operacional com associações, sindicatos, cooperativas, Ong's e movimentos sociais, para que suas demandas possam ser atendidas e inseridas no planejamento das políticas de Estado.

Nesse caso, o desenvolvimento territorial rural institucionalizado entre 2003 e 2014 não foi capaz de reverter o desenvolvimento desigual e combinado presente no processo de expansão capitalista. Sem dúvida, houve avanços significativos, principalmente no quesito social, quando consideradas as condições de moradia, acesso a água potável, energia elétrica e serviços de saúde e educação. Entretanto, o empoderamento dos agricultores familiares não ocorreu, mantendo-os subordinados às políticas de governo, que na sua maioria são volúveis e se movem atendendo a interesses de grupos políticos e econômicos locais.

Considerações Finais

A narrativa desenvolvida nesse texto acerca da política institucionalizada de desenvolvimento territorial rural entre 2003 e 2014, aponta para algumas reflexões, dentre elas, destacam-se: a política implementada foi uma política de governo, não tendo portado uma estrutura de planejamento e sobrevivência a longo prazo. Outro fator é que as ações foram inseridas no contexto da política neoliberal para garantir condições de expansão do capitalismo financeiro, que se fortalece com a união entre o capital financeiro e o capital agrário e, por último, não pode ocorrer desenvolvimento rural sustentável sem a efetiva reforma agrária, ou seja, o desenvolvimento rural, da forma que foi operacionalizado, não cria as condições para o desenvolvimento sustentável, que seria garantir a autonomia da agricultura familiar camponesa nas dimensões econômica, social, política e ambiental de forma intrageracional.

Entretanto, se os elementos de emancipação não foram completamente desenvolvidos, a longo prazo deverá ocorrer a subordinação dos agricultores de base familiar às articulações para a reprodução ampliada de capital e, posteriormente, a exclusão desses agricultores do circuito. Sobre o território Cariri, no semiárido cearense, este apresentou avanços significativos nas condições de moradia, acesso à água potável para o consumo e, principalmente, a eliminação do isolamento que foi rompido com a ampliação do programa luz para todos. O acesso à escola (embora não seja do campo) no campo indica que as comunidades rurais estão inseridas, de

alguma forma, nas políticas públicas, garantindo o acesso, ainda que precário à cidadania. Esses avanços decorrentes da política de desenvolvimento rural apresentam, por outro lado, a inserção dos assentados nos circuitos mercantis, proporcionando de forma sutil uma mudança nos hábitos de consumo, levando-os a um afastamento da sua consciência de classe e aproximando-os das relações capitalistas de produção. Dessa forma, a política de DRS conseguiu parcialmente os elementos estruturais para a subordinação da agricultura familiar camponesa à dinâmica de acumulação capitalista, porém os elementos de emancipação ainda não se encontram presentes.

A emancipação está diretamente ligada ao conflito permanente entre a agricultura de base familiar e a grande exploração capitalista pela ocupação e uso do espaço agrário, sendo imprescindível que essa luta seja preconizada a partir da organização interna e participação política das comunidades, que se encontram deficitárias de um engajamento político com Ong's e movimentos sociais. Ou seja, o sistema dominante de produção é quem determina a permanência de formas capitalistas ou não de produção, se assim interessar, de forma que dialeticamente destrói e recria as possibilidades de subordinação ou exclusão da agricultura familiar camponesa, sem permitir, contudo, a sua emancipação. Portanto, a pesquisa aponta que a agricultura familiar camponesa no semiárido cearense tende à subordinação às relações capitalistas de produção. Nesse sentido, a política agrária não pode ser substituída pela política de desenvolvimento rural, pois essa emerge da necessidade de expansão do capital, gerando inexoravelmente um desenvolvimento *desigual e combinado*.

Referências

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 334p.

BRASIL/Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável**: território cidadania do Cariri – MDA/SDT/AGROPOLOS. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010. 348p. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio131.pdf Acesso em 15 de abril de 2017.

DAWBOR, Ladislau. **A Era do capital improdutivo**: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Outras Palavras, 2017. 313p.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil**: ensaio de investigação sociológica. 2ª. ed. São Paulo: Zahar Editores, 1976. 430p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 256p.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A questão agrária na década de 90**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 15 – 44.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001. 109p.

_____. O Desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão agrária no Brasil**: o debate na década de 1990. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 163 – 170.

GUZMÁN, Eduardo S. Uma Estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45 jan./mar. 2001.

IANNI, Octavio. A Formação do proletariado rural no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.) **A Questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960 – 1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 127 – 146.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acesso em 12 de dezembro de 2015.

IPEAGEO. **Software de Análise Estatística Espacial do Ipea**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ipeageo/>>. Acesso 20 de janeiro de 2017.

JARA, Carlos Julio. **A Sustentabilidade do desenvolvimento local**: desafios de um processo em construção. Recife-PE: PCT/SEPLAN/IICA, 1998. 316p.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural**: conceito e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. P. 229.

WAQUILL, Paulo. Et. all. Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais no Brasil. In: **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 104 – 127, jan/abr. 2010.

LOWY, Michael. **A Política do desenvolvimento desigual e combinado**: a teoria da revolução permanente. (Tradução Luiz Gustavo Soares). São Paulo: Sundermann, 2015. 175p

MARIANO, Jorge L.; RIBEIRO, Fábio F. Desenvolvimento rural sustentável em territórios do Rio Grande do Norte: uma análise multidimensional. **Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Porto Alegre: SOBER, 2009. p. 01 – 23.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013. 150p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. 185 p. Disponível em: <http://www.gesp.ffiich.usp.br/sites/gesp.ffiich.usp.br/files/modo_capitalista.pdf>. Acesso em: 05 de agosto 2015.

RABELO, Laudemira Silva; LIMA, Patrícia Verônica P. Sales. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE: a possibilidade da mensuração do desenvolvimento sustentável. In: **REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 1, n. 1, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/4>>. Acesso em: 14 maio 2018. p. 56-76.

REIS, José N. Pires; PINHEIRO, José César V.; SILVA, Rosângela M. da. Análise do desenvolvimento rural no território sertão central do Ceará a partir da visão dos agricultores familiares. In: VIII SOBER Nordeste. **Anais...** Parnaíba/PI, 2013. p. 01 – 17.

SEPÚLVEDA, Sergio. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local**. Brasília: IICA, 2015. 292p. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Desenvolvimento-Sustentavel-Microrregional.pdf>> Acesso em: 15 de março de 2016.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. 314p.

TROTSKY, Leon. A Revolução permanente. 2ª. São Paulo: Kairós, 1985. 142p.

VELHO, Guilherme Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Centro edelstein de pesquisas sociais [Biblioteca virtual de Ciências Humana], 2009. 243p.

Sobre a autora

Maria Messias Ferreira Lima – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Docente na Universidade Regional do Cariri (URCA).
OrcID – <http://orcid.org/0000-0001-5820-2148>

Como citar este artigo

LIMA, Maria Messias Ferreira. Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

Recebido para publicação em 13 de setembro de 2018.
Revisões requeridas em 10 de outubro de 2018.
Aceito para a publicação em 19 de outubro de 2018.
